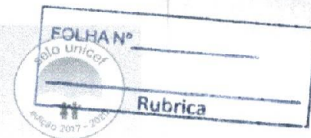


**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAIAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ISAIAS COELHO - PI, E A EMPRESA JOALANDRO COELHO DE SOUSA EPP.

O MUNICÍPIO DE ISAIAS COELHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 06.553.986/0001-03, situado na Praça Joaquim Coelho Ferreira, 140, centro, Isaias Coelho-PI, neste ato representado pelo Prefeito Municipal doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa JOALANDRO COELHO DE SOUSA EPP CNPJ Nº 05.812.320./0003-21, com sede à Av. Joca Moura Nº S/N, bairro. Centro, Isaias Coelho-PI, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 001/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de combustível e lubrificantes.**

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, contado da assinatura contratual prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2 A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
Tribunal Superior Eleitoral  
TSE

CONSTITUICAO DE COMISSAO DE ENQUETAMENTO  
DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Art. 1º - A Comissão de Enqueteamento do Tribunal Superior Eleitoral é instituída para apurar os fatos e circunstâncias referentes ao processo de cassação de mandato de deputado federal eleito em 1964, em virtude de sua conduta durante o exercício do cargo, nos termos do art. 111, inciso III, da Constituição Federal de 1964.

CLAUDEA PRIMEIRA - QUINTO LOTE

- 1 - O nome da primeira comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.
- 2 - O prazo de duração da comissão é de 90 dias, contados a partir da data de sua instalação.
- 3 - O presidente da comissão será escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- 4 - O presidente da comissão poderá nomear e dispensar os membros titulares e suplentes.

**EM BRANCO**

Art. 2º - O nome da primeira comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.

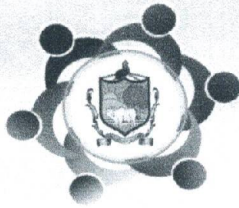
CLAUDEA SEGUNDA - SEXTO LOTE

Art. 3º - O nome da segunda comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.

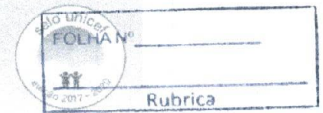
Art. 4º - O nome da terceira comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.

Art. 5º - O nome da quarta comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.

Art. 6º - O nome da quinta comissão de enqueteamento é o nome do presidente e dos membros titulares e suplentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAÍAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



4.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ **2.036.408,30** (dois milhões trinta e seis mil quatrocentos e oito reais e trinta centavos)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e reajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice usado pela autoridade competente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

**8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela inversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
CURSO DE ECONOMIA

1. O presente trabalho tem por objetivo analisar o impacto da política monetária sobre a atividade econômica, considerando os efeitos da taxa de juros e da oferta de moeda.

2. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é a análise econômica, com ênfase na interpretação dos dados estatísticos disponíveis.

3. Os resultados obtidos indicam que a política monetária expansionista tende a estimular o crescimento econômico, embora possa gerar inflação.

4. Conclui-se que a política monetária é um instrumento importante para o controle da atividade econômica e da inflação.

5. A política monetária deve ser conduzida de forma consistente com os objetivos de longo prazo da economia.

6. A análise dos dados estatísticos confirma a hipótese de que a política monetária expansionista gera um aumento da produção e da emprego.

**EM BRANCO**

7. A política monetária expansionista também pode gerar um aumento da inflação, o que pode ser prejudicial para a economia.

8. Portanto, a política monetária deve ser conduzida de forma que evite a inflação excessiva e promova o crescimento econômico sustentável.

9. A política monetária expansionista é uma política que pode ser utilizada para estimular o crescimento econômico em períodos de recessão.

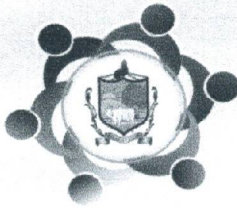
10. A política monetária expansionista também pode ser utilizada para controlar a inflação, desde que seja acompanhada de outras medidas.

11. A política monetária expansionista é uma política que pode ser utilizada para controlar a inflação, desde que seja acompanhada de outras medidas.

12. A política monetária expansionista é uma política que pode ser utilizada para controlar a inflação, desde que seja acompanhada de outras medidas.

13. A política monetária expansionista é uma política que pode ser utilizada para controlar a inflação, desde que seja acompanhada de outras medidas.

14. A política monetária expansionista é uma política que pode ser utilizada para controlar a inflação, desde que seja acompanhada de outras medidas.



- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias úteis.
- 8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

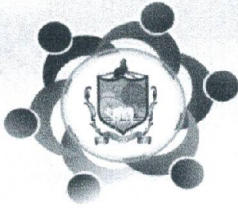
**9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato e fazer a entrega do produto conforme termo de referência;
- 9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou cidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

*[Handwritten signature]*

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EM BRANCO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAIAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10 CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



1.1. O presente documento tem por objetivo informar aos pais e responsáveis sobre o processo de avaliação do desempenho dos alunos em Matemática, bem como os critérios utilizados para a atribuição das notas e a classificação dos alunos.

1.2. A avaliação do desempenho dos alunos é realizada de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.3. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.4. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.5. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.6. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.7. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.8. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.9. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.10. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

**EM BRANCO**

1.11. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.12. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.13. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.14. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.15. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.16. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.17. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.18. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.19. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.20. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.21. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.22. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.23. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.24. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.25. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

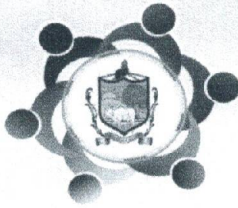
1.26. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.27. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

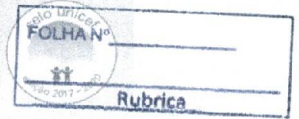
1.28. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.

1.29. O processo de avaliação é realizado de forma transparente e democrática, com a participação dos pais e responsáveis, bem como dos próprios alunos.

1.30. O processo de avaliação é realizado de forma contínua e sistemática, através de provas, trabalhos em sala de aula, participação em atividades e outros instrumentos de avaliação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAIAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de 5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 dias;

2. compensatória de 40% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

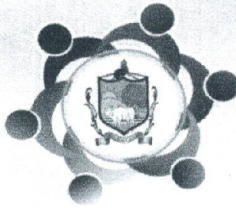
10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
MINISTERIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

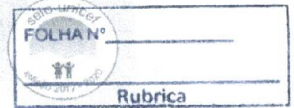
1 - O presente processo trata da concessão de pensão por morte em favor do Sr. [nome], dependente do Sr. [nome], falecido em [data].  
2 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
3 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
4 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
5 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
6 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
7 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
8 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
9 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
10 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.

**EM BRANCO**

11 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
12 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
13 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
14 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
15 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
16 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
17 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
18 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
19 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.  
20 - O requerente alega que o falecido era empregado de uma empresa e que possui dependente a quem deseja conceder pensão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAÍAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

- 11.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.3.3 Indenizações e multas.
- 11.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
020200	04.122.0002.2204.0000	2004	33.90.30.00	500; 704; 705
020600	12.361.0006.2017.0000	2017	33.90.30.00	500
020600	12.361.0006.2020.0000	2020	33.90.30.00	500
020600	12.361.0006.2022.0000	2022	33.90.30.00	570
020600	12.361.0006.2023.0000	2023	33.90.30.00	553
020600	12.385.0008.2027.0000	2027	33.90.30.00	500
020800	12.361.0006.2035.0000	2035	33.90.30.00	540
020800	12.361.0006.2042.0000	2041	33.90.30.00	541
020900	10.301.0012.2043.0000	2043	33.90.30.00	500
021000	10.301.0012.2048.0000	2048	33.90.30.00	600
021000	10.301.0012.2050.0000	2050	33.90.30.00	500
021000	10.301.0012.2053.0000	2053	33.90.30.00	621
021100	10.302.0012.2052.0000	2052	33.90.30.00	621
021100	10.302.0012.2052.0000	2052	33.90.30.00	500
021200	08.244.0013.2055.0000	2055	33.90.30.00	500
021300	08.244.0013.2064.0000	2064	33.90.30.00	500
021300	08.243.0013.2057.0000	2057	33.90.30.00	660
021300	08.243.0013.2074.0000	2074	33.90.30.00	660
021300	08.244.0013.2058.0000	2058	33.90.30.00	660
021300	08.244.0013.2065.0000	2065	33.90.30.00	660

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**UNIAS UNIDAS**  
**PROGRAMA**  
**UNIAS UNIDAS**



Este documento contém informações importantes sobre o Programa Unias Unidas. Para obter mais detalhes, consulte o manual de instruções ou o site da empresa.

O Programa Unias Unidas é uma iniciativa inovadora que visa melhorar a qualidade de vida dos nossos colaboradores e a produtividade da nossa organização.

Este programa oferece uma série de benefícios e oportunidades para todos os funcionários, independentemente do seu nível hierárquico.

Para participar do Programa Unias Unidas, é necessário cumprir certos requisitos e seguir as regras estabelecidas.

O objetivo principal deste programa é promover o bem-estar físico, mental e emocional dos nossos colaboradores, além de estimular o desenvolvimento profissional e pessoal.

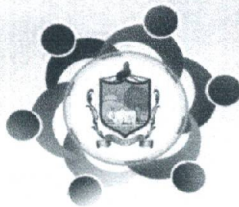
A participação no Programa Unias Unidas é voluntária e não gera nenhum tipo de obrigação para a empresa.

Para mais informações, consulte o departamento de Recursos Humanos ou o site da empresa.

**EM BRANCO**

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE ADMISSÃO	VALOR
01001	PROGRAMÁTICA	001	00/00/00	00/00/00	00000000
01002	PROGRAMÁTICA	002	00/00/00	00/00/00	00000000
01003	PROGRAMÁTICA	003	00/00/00	00/00/00	00000000
01004	PROGRAMÁTICA	004	00/00/00	00/00/00	00000000
01005	PROGRAMÁTICA	005	00/00/00	00/00/00	00000000
01006	PROGRAMÁTICA	006	00/00/00	00/00/00	00000000
01007	PROGRAMÁTICA	007	00/00/00	00/00/00	00000000
01008	PROGRAMÁTICA	008	00/00/00	00/00/00	00000000
01009	PROGRAMÁTICA	009	00/00/00	00/00/00	00000000
01010	PROGRAMÁTICA	010	00/00/00	00/00/00	00000000
01011	PROGRAMÁTICA	011	00/00/00	00/00/00	00000000
01012	PROGRAMÁTICA	012	00/00/00	00/00/00	00000000
01013	PROGRAMÁTICA	013	00/00/00	00/00/00	00000000
01014	PROGRAMÁTICA	014	00/00/00	00/00/00	00000000
01015	PROGRAMÁTICA	015	00/00/00	00/00/00	00000000
01016	PROGRAMÁTICA	016	00/00/00	00/00/00	00000000
01017	PROGRAMÁTICA	017	00/00/00	00/00/00	00000000
01018	PROGRAMÁTICA	018	00/00/00	00/00/00	00000000
01019	PROGRAMÁTICA	019	00/00/00	00/00/00	00000000
01020	PROGRAMÁTICA	020	00/00/00	00/00/00	00000000

Este documento é uma cópia de um formulário em branco. Para preencher, consulte o manual de instruções ou o site da empresa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**ISAIAS COELHO-PI**  
**UNIÃO E PROGRESSO**



**13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo ser reajustado de comum acordo percentual superior.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

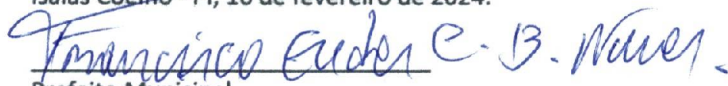
**15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, exceto caso seja dispensável por força de lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Itainópolis – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Isaias Coelho-PI, 16 de fevereiro de 2024.



Prefeito Municipal

CONTRATANTE



CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





